FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará

PERSONAL FINANCE: a study on the relationship between financial education and indebtedness of the Federal University of Ceará workers

Ana Karine Paulino da Silva¹

Francisco Gildemir Ferreira da Silva²

Julie Lima Ferreira³

Pablo Anthony Costa Castro⁴

Resumo

O cenário de acesso facilitado ao crédito, aliado a uma desinformação sobre finanças pessoais são fatores estudados como possíveis ensejadores do endividamento pessoal. Diante disso, o trabalho verifica a relação existente entre o nível de educação financeira e o grau de endividamento dos servidores da Universidade Federal de Ceará (UFC).

A seguinte pesquisa descritiva objetiva estudar as características educacionais, renda, idade, sexo, socioeconômicos e demográficos dos servidores. Sendo um levantamento ou survey e bibliográfica.

Constatou-se com base na amostra que um maior conhecimento em finanças pessoais está associado a menores índices de endividamento, onde em maioria as mulheres obtiveram piores níveis de endividamento do que homens. Percebeu-se uma maior frequência de endividamento na faixa etária de 31 a 55 anos. A renda e a escolaridade não apresentaram uma relação bem definida com o endividamento. Esta pesquisa contribui para aprofundar o debate sobre a relação educação financeira e endividamento.

Palavras-chave: Endividamento. educação financeira. consumo e crédito.

Abstract

The scenario of facilitated access to credit, combined with unpreparedness in matters related to personal finances are factors studied as possible causes of personal indebtedness. Consequently, this study verifies the relationship between the level of financial education and the degree of indebtedness of the employees of the Federal University of Ceará (UFC).

This is a descriptive study aimed at studying the educational characteristics, income level, age, sex, socioeconomic and demographic of the employees. Being a survey and bibliographic.

Based on the sample, it was found that greater knowledge in personal finance is associated with lower indebtedness rates, where most women had worse levels of indebtedness than men. A higher frequency of indebtedness was perceived in the age group of 31 to 55 years. Income and education did not show a well-defined relationship with debt. This research contributes to deepen the debate on the relationship between financial education and indebtedness.

Keywords: Indebtedness. financial education. consumption and credit.

¹ Aluna do curso de Finanças da Universidade Federal do Ceará. E-mail: paulino.anakarine2@gmail.com

² Doutor em Economia pelo CAEN/UFC. Teve formação complementar na University of Wisconsin-Madison-EUA e na Université Lille 1 - Sciences et Technologies. Atualmente é professor Adjunto do Curso de Finanças da FEAAC/UFC. Realiza estudos teóricos e empíricos em Indústrias de Rede com foco em infraestruturas. E-mail: gildemir@ufc.br

³ Aluna do curso de Finanças da Universidade Federal do Ceará. E-mail: julielim7@hotmail.com

⁴ Aluno do curso de Finanças da Universidade Federal do Ceará. E-mail: pabloanthony07@gmail.com

Artigo recebido em: 24 de agosto de 2020. Artigo aceito em 31 de janeiro de 2021.

Introdução

Como postula a teoria econômica, os recursos são escassos, porém as necessidades e os desejos são ilimitados. Nesse sentido, o cenário de acesso facilitado ao crédito na economia brasileira, apresentado nos últimos anos, aliado ao desejo frequente de consumo para afirmação social são fatores estudados como possíveis ensejadores do fenômeno endividamento pessoal. Assim, os recursos necessitam ser gerenciados para que não ocorra um desequilíbrio financeiro. “Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo” (BODIE; MERTON, 2002, p. 32).

De acordo com o relatório INFE (*International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2016, o Brasil encontra-se na 27ª posição numa comparação feita entre 30 países, que buscou analisar os níveis de educação e inclusão financeira e encontrar padrões e dificuldades em comum que possam indicar desafios e soluções entre eles. Essa pesquisa foi realizada com respondentes adultos considerando aspectos como conhecimento, comportamento e atitude e evidenciou uma fragilidade do Brasil, quando comparado a outros países como, por exemplo, Tailândia e Portugal.

O indivíduo baseia-se na facilidade de pagamento proporcionada pela divisão da dívida em parcelas, porém, o acúmulo de prestações, geradas por vários compromissos, pode levar à impossibilidade de pagamento. Dessa forma, a cultura de consumo sem elaboração de um plano orçamentário por parte das famílias, pode estar ligada ao sobreendividamento. Nesse ponto entra o papel da educação financeira, que para Claudino et. al. (2009, p. 2), “[...] compreende a inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais.” Assim, muitas decisões de consumo baseiam-se na influência que se recebe, em algum nível, da educação financeira, ou seja, ela está presente na vida das pessoas mesmo sem elas perceberem.

A relevância do tema também guarda relação com as finanças públicas, uma vez que indivíduos financeiramente educados são importantes para o desenvolvimento da economia, pois estes, geralmente, formam poupança e podem contribuir para o financiamento dos setores econômicos do país (CLAUDINO et. al, 2009). Por esse

motivo, o Brasil vem executando políticas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Haja vista a necessidade de difusão desse tema entre todos os setores da sociedade, este trabalho se propõe a realizar uma pesquisa com os servidores da Universidade Federal do Ceará, com o propósito de responder a seguinte pergunta: existe relação entre o nível de educação financeira e o grau de endividamento desses servidores?

Assim, este trabalho está dividido em quatro seções. A segunda seção trata do referencial teórico com os conceitos relacionados ao mercado de crédito, ao endividamento de pessoas físicas e da literatura referente à educação financeira pessoal. Também contempla estudos da relação entre o nível de educação financeira e o endividamento, além dos aspectos socioeconômicos e demográficos que podem estar relacionados ao endividamento. Ainda são abordados estudos que tratam das finanças comportamentais. A terceira seção aborda a metodologia de pesquisa e resultados, descrevendo questões como o enquadramento, o perfil da amostra analisada e a análise da relação entre o grau de endividamento e o nível de educação financeira e os resultados verificados a partir das análises descritiva dos dados e a discussão desses resultados. A última seção trata das considerações finais e recomendações para trabalhos futuros relativos ao tema.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Mercado de Crédito

De acordo com Assaf Neto (2014, p.142), “[...] o mercado de crédito visa fundamentalmente suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos dos vários agentes econômicos, seja por meio da concessão de créditos às pessoas físicas, seja por empréstimos e financiamentos às empresas.” Sendo, dentro de uma política de especialização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), são tipicamente realizadas por bancos comerciais e múltiplos. Acrescente que a instituição financeira recebe recursos de poupador, *funding* da operação de crédito, assumindo a obrigação de devolver o principal acrescido de juros (sujeito passivo). Com o capital levantado junto a

investidores de mercado, o banco realiza operações de empréstimos e financiamentos a tomadores carentes de recursos, na expectativa de receber no futuro o principal acrescido de juros (sujeito ativo).

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), no ano de 2018 o saldo total do crédito concedido pelo (SFN) cresceu 5,7%, após dois anos de contração (-3,5% e -0,6% em 2016 e 2017, respectivamente). Os saldos das carteiras de crédito destinadas às pessoas físicas cresceram 8,6%, considerando a razão crédito/PIB. O BCB (2018) aponta que em relação ao custo das operações de crédito, o ciclo de redução da taxa básica de juros e a melhora das condições econômicas contribuíram para o recuo das taxas médias de juros e dos spreads nos últimos anos (2016, 2017 e 2018). De acordo com o Banco, a redução dessa taxa foi influenciada pela redução na taxa básica de juros e pela sua manutenção em patamar reduzido juntamente com a queda da inadimplência e a mudança regulatória no segmento de cartões de crédito, devido à Resolução 4.655, de 26 de abril de 2018.

Em relação à modalidade de empréstimo consignado, Takeda et. al. (2005, p.89) aponta que “[...] o crédito consignado em folha de pagamento é uma modalidade de empréstimo em que o devedor sofre um desconto no salário para pagar sua dívida com o banco”. A introdução do crédito consignado reduziu significativamente as taxas de juros de empréstimos oferecidos às pessoas físicas, em razão do menor risco de default na operação, pois ocorre a retenção, pelo empregador, de parte do salário correspondente à prestação da dívida (TAKEDA et. al., 2005).

De acordo com o Relatório da Cidadania Financeira do BCB (2018), a evolução dessa modalidade de crédito foi notável, saindo de R\$53,7 bilhões para R\$323,8 bilhões, em pouco mais de onze anos (2007–2018). Dessa forma, mesmo em um período de fragilidade da economia brasileira, o crédito consignado manteve trajetória de expansão, em comparação com o recuo verificado na carteira total ativa. Além disso, esse relatório verificou que o saldo do crédito consignado respondia, em junho de 2018, por 75% do total de crédito pessoal. A parte destinada aos funcionários públicos alcançava 42%; a dos beneficiários do INSS, 29%; e a dos celetistas, 4% e apurou que o volume de crédito contratado pelos trabalhadores do setor público durante todo o período analisado apresenta taxa de crescimento positiva, apresentando taxa média 2,5 contratos de empréstimos consignados no triênio 2015–2017.

1.2 Endividamento Pessoa Física

De acordo com Brusky e Magalhães (2006), a falta de controle de dívidas pode desencadear problemas de comprometimento da renda e perda de poder aquisitivo, devido aos custos das operações de crédito, levando os indivíduos a passar por dificuldades financeiras e afetando seu bem-estar. Esses autores também apontam que fácil crédito combinado com falta de conhecimento das operações de crédito, gestão de finanças pessoais ou uma pressão financeira inesperada (perda de emprego, doença) pode facilmente levar a inadimplência e ao sobre-endividamento. Deve-se ter em mente que consumo e consumismo são entes distintos. Enquanto o consumo se revela na aquisição saudável de bens do mercado, ou seja, na aquisição do necessário para a garantia de uma existência digna, o consumismo é a compulsão por consumir. O consumismo resulta na aquisição do supérfluo, que, na verdade, é incutido na cabeça dos consumidores como necessidade (são as famosas aparentes necessidades criadas pelos fornecedores da sociedade de consumo por meio do marketing). Dessa forma, o descontrole do consumidor pode levar ao endividamento. O endividamento pode ser causado por diversos fatores. Souza (2015) cita as diversas causas do endividamento com base em dados do Banco Central: liberalidade da concessão de crédito, marketing sedutor, despesas sazonais, orçamento deficitário, redução de renda sem redução de despesas, despesas emergenciais e pouco conhecimento financeiro.

Complementarmente, o acesso ao crédito e ao mercado de consumo sejam fatores que ajudam a dinamizar a economia, a falta de planejamento financeiro pode ser um fator que contribui para o endividamento, comprometendo a situação econômica desses indivíduos. De acordo com Marques e Frade (2003), o endividamento é o saldo devedor de um agregado familiar. Consoante tais autores, se esse saldo resulta de mais do que um compromisso de crédito é comum o uso do conceito de “*multiendividamento*”. O caso em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento das dívidas é chamado de sobre-endividamento, podendo ser dividido em dois tipos: ativo ou passivo. No primeiro, o indivíduo contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, por exemplo, não planejando os compromissos assumidos. Já sobre-endividamento passivo são os casos em que essa impossibilidade de cumprimento resulta da ocorrência de circunstâncias imprevistas como o divórcio, o desemprego, a

morte ou uma doença, que determinam um aumento de despesas excepcional ou uma quebra no rendimento habitual do devedor.

Uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção de Crédito (SPC) Brasil em 2016 revelou que há uma confusão entre os brasileiros em relação ao conceito de endividamento, verificando que de 46,7% dos entrevistados acreditam que estar endividado é ter contas em atraso e que 30,6% dos respondentes acreditam que estar endividados é ter o nome registrado no SPC/Serasa. Em relação a servidores públicos, a pesquisa realizada por Souza (2015), com servidores da Universidade de Brasília (UnB), mostrou que em 2013 e 2014 mais da metade dos servidores técnico-administrativos solicitaram empréstimos consignados. A pesquisa mostrou ainda que no mesmo período, os professores foram mais comedidos, pois um pouco menos um terço deles solicitou empréstimos consignados. Consoante o autor, devido os níveis educacionais serem diferenciados, sugere-se que o comedimento seria um efeito observado em diferentes níveis educacionais.

As decisões financeiras que levam a níveis elevados de endividamento podem ser relacionadas à má gestão dos recursos e ao despreparo em relação à educação financeira. Nesse sentido, é necessária uma análise para estabelecimento de pressupostos, dos quais alguns fatores possam ajudar a explicar o endividamento pessoal, dentre eles, a ausência de educação financeira. Pontes (2018) defende que o estudo e a investigação das causas do endividamento pessoal podem colaborar na adoção de políticas públicas que visam mitigar os aspectos negativos do crédito e contribuir para minimizar as consequências danosas do endividamento, principalmente entre as famílias em maior situação de vulnerabilidade social.

1.3 Educação Financeira Pessoal

A educação financeira é um tema que deve estar presente na vida das pessoas desde os seus primeiros anos de educação, haja vista a exposição que os indivíduos, mesmo crianças, têm ao mercado consumidor, sendo eles valorizados pelo seu potencial de consumo. Conforme Silva, Souza e Fajan (2015), embora não percebamos, as finanças fazem parte do nosso dia a dia. Para os autores ainda são muitas as pessoas que pensam que educação financeira é planejar o destino que dará ao dinheiro, esquecendo-se de que este é apenas o começo. Segundo Claudino et. al. (2009), o estímulo ao consumo é constante, e a tomada de decisão do consumidor é influenciada externa e

internamente. Assim, o marketing pode influenciar na aquisição desnecessária de bens e serviços e gerar complicações financeiras. As influências internas, representadas pelo campo psicológico, afetam a tomada de decisão do consumidor, esse campo é constituído de: motivação, personalidade, percepção, aprendizagem e atitudes. (SILVA 1995, apud. CLAUDINO et. al. 2009)

Nesta linha, segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (2005 apud Claudino et. al., 2009), a educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, obtêm instruções e desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes que ajudem na melhoria seu bem-estar. A partir dessa definição, podemos inferir que o acesso à educação financeira pode contribuir significativamente para a vida das pessoas, uma vez que as ajuda a se situar em um mundo repleto de oportunidades financeira, mas com armadilhas mercadológicas.

No âmbito de políticas nacionais, o Governo Federal editou o Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, no qual foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, foi instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) (BRASIL, 2010).

Na literatura internacional, Braunstein e Welch (2002 *apud* Lucci et. al., 2006), em um artigo do boletim do *Federal Reserve*, afirma que a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. As autoras apontam ainda que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar efetivamente suas finanças. Quando não há assimetria de informações entre os agentes, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente.

Verifica-se a convergência de diversos autores sobre a importância da educação financeira pessoal. Uma economia saudável requer indivíduos capazes de gerir corretamente seus recursos, inclusive gerando poupança e/ou investimentos. Tais

atitudes são fundamentais para a geração de emprego e renda para a economia de um país.

1.4 Educação Financeira e o Endividamento

Estudos ligados ao comportamento financeiro costumam analisar a questão do endividamento relacionando-o a aspectos culturais da sociedade e as questões psicológicas e educacionais. A educação financeira pode ser, dessa forma, analisada sob ótica de sua influência sobre as decisões orçamentárias dos indivíduos chegando a afetar o seu grau de endividamento.

Souza (2015) chama a atenção para a questão de que não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para o autor, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade em torno do tema. No ambiente escolar e até acadêmico, pouco ou nada é falado sobre o assunto. A pesquisa de por seu turno, Claudino et. al. (2009) analisou a relação entre educação financeira e endividamento de servidores da Universidade Federal de Viçosa, concluiu que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas de risco. Corroborado o resultado de Claudino et. al. (2009), Da Silva et. al. (2017), também realizou pesquisa com servidores públicos e apontou que embora eles tenham um alto nível de instrução, levando em consideração que metade da amostra possui título de pós-graduação, os, eles possuem dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais e a facilidade de acesso ao crédito, tornando-se um fator que atua negativamente nas decisões financeiras.

Conclusivamente, para Frankenberg (2002 *apud* Leal e Melo, 2008), o endividamento do brasileiro relaciona-se diretamente com a ausência de uma educação financeira, pois os indivíduos acabam por assumir dívidas que, muitas vezes, estão aquém do seu poder de pagamento, devido ao estímulo cada vez maior ao consumo, pelos incisivos programas de publicidade e por estarem cada vez menos preparados a refletir sobre os seus rendimentos, investimentos, necessidades e gastos.

1.5 Fatores Socioeconômicos e Demográficos e o Endividamento

A literatura relativa ao tema vem abordando a relação entre e o endividamento pessoal e fatores socioeconômicos e demográficos, como o nível de renda, a

escolaridade, o sexo e a idade. Assim, é importante verificar as conclusões de alguns estudos para a questão da influência ou não dessas variáveis socioeconômicas sobre o nível de endividamento.

Em relação à renda, Cerbassi (2004 *apud* Claudino, *et. al.*, 2009) afirma que a riqueza não depende do que se ganha, mas sim da maneira como se gasta. Com uma renda baixa é possível dignamente construir um padrão de vida e mantê-lo. Para o mesmo autor, grandes rendas podem não garantir a sustentabilidade de um padrão de vida confortável, devido à ineficiência da gestão dos rendimentos.

Almeida (2012), em seu estudo acerca de empréstimos consignados realizados por servidores, não evidenciou que aqueles que possuem maior remuneração tendem a tomar menos empréstimos ou que servidores com menor renda tendem ao maior endividamento. Desmente-se, portanto, o "mito" do quem ganha mais, deve menos (ALMEIDA, 2012, p. 51).

O estudo de Barros (2009) constatou que o endividamento financeiro pessoal está diretamente relacionado à falta de fundamentos financeiros, isto é, educação financeira. A partir desta constatação, afirma que podemos ter indivíduos com diferentes níveis de renda e da mesma forma estarem endividados. Já o trabalho de Souza (2015), realizado na Fundação Universidade de Brasília (UnB), evidenciou uma clara correlação negativa de empréstimos com o nível de escolaridade (quanto maior esta, menor a demanda) e com o nível de renda (quanto maior esta, menor a demanda). Assim o autor chega a destacar que escolaridade e renda são variáveis relevantes para uma análise econômica do endividado do setor público brasileiro e, provavelmente, do brasileiro em geral.

O estudo de Panchio (2006), que trata da influência do materialismo, identificou uma relação entre endividamento e variáveis como gênero, idade e escolaridade. Dessa forma, evidenciou que mulheres são mais favoráveis a atitudes de endividamento do que homens, pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumir dívidas e quanto menor o grau de instrução do indivíduo, maior sua tendência a assumir carnês.

2. METODOLOGIA

De modo a organizar as informações do método de pesquisa utilizado neste trabalho, esta seção foi dividida em duas partes. A primeira trata do enquadramento metodológico, que considera a natureza da pesquisa e do perfil da amostra em análise.

Na sequência apresenta o procedimento metodológico utilizado para analisar a relação entre as variáveis em questão e segue com os resultados.

2.1 Enquadramento e perfil dos entrevistados

Esta pesquisa se classifica, em consonância a Gil (1999, pg. 28), quanto aos fins como descritiva e quanto aos procedimentos, pode de ser classificada como levantamento ou *survey* e bibliográfica (Para Raupp e Beuren, 2006; e GIL, 1999). Quanto à abordagem do problema, se caracteriza como qualitativa uma vez que se trata de um estudo de caso, na qual dados qualitativos ou nominais foram obtidos através das respostas ao questionário.

A amostra, que foi obtida através do questionário disponibilizado eletronicamente, tem o número de 320 participantes cujas características foram verificadas e serão descritas a seguir. Do total de respondentes, 132 consideram-se do gênero masculino e 188, do gênero feminino, de acordo com o Gráfico 1 a). Dessa amostra, 230 pessoas são docentes da universidade 90 pessoas são servidores técnicos, que representam todos os que não são docentes, conforme Gráfico 1 b).

Em relação à idade, observa-se o predomínio das faixas etárias de 31 a 40 anos com 39,7% e de 41 a 55 anos com 30,9%. Na faixa de 21 a 30 anos encontram-se 20,3% dos servidores, e na faixa menos representativa estão os respondentes acima de 55 anos, com 8,8% do total. Há também um respondente com até 20 anos, representando apenas 0,3% do total. Tais dados encontram-se no Gráfico 2 a). Quanto à escolaridade, a grande maioria pertence ao grupo de servidores que possuem pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) com 252 pessoas que representam 78,8%, seguidos pelos que possuem graduação com 58 respondentes (18,1%). Os que têm ensino superior incompleto são apenas 6 (1,9%), e os servidores com nível médio são 4 (1,2%). O Gráfico 2 b) apresenta esses dados.

Gráfico 1- Perfil dos servidores quanto ao gênero e cargo

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Em relação à renda, as proporções são as seguintes: 27,2% dos servidores têm renda de R\$ 4.000,00 até R\$ 6.000,00; 24,7% encontram-se na faixa de R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00; 20,9% têm renda de R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00; 14,4% deles auferem rendimentos acima de 10.000,00; 10,3% têm renda de R\$ 8.000,01 até R\$ 10.000,00; 1,9 % encontra-se na faixa de renda de R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00; e apenas 0,6% têm renda de até R\$ 1.500,00. Esses dados estão no Gráfico 3.

Gráfico 2- Perfil dos servidores quanto à idade e escolaridade

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Quando inquiridos a respeito de sua autopercepção em relação aos conhecimentos para gerir suas finanças pessoais, 41,3% dos servidores declararam-se razoavelmente seguros, afirmando conhecer a maioria das coisas que precisa saber sobre o assunto; 37,8% sentem-se pouco seguros, declarando que gostariam de saber um

pouco mais sobre finanças; 13,4% declararam-se nada seguros em relação ao assunto e afirmaram que gostariam de possuir um nível melhor; apenas 7,5% responderam que se encontram muito seguros, afirmando possuir amplos conhecimentos sobre educação financeira.

Gráfico 3- Perfil dos servidores quanto à renda

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Essa questão ajuda entender como se sente o público da pesquisa em relação à necessidade de uma preparação financeira, e nos indica que mais da metade dos respondentes (52,1%) não se sentem seguros o suficiente para gerir seu próprio dinheiro, o que pode dificultar na hora de tomar decisões financeiras. O Gráfico 4 mostra esses percentuais:

Gráfico 4- Perfil de autopercepção sobre educação financeira dos servidores

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

2.2 Procedimento Metodológico

Uma pesquisa *survey* foi realizada para o estudo, na qual foram aplicados 320 questionários para uma população de aproximadamente 6750 indivíduos, ou seja, foi alcançado cerca de 4,7% do público da pesquisa. O período de aplicação do questionário foi entre 4 de abril e 6 de julho de 2019. O questionário foi dividido em três partes: a primeira parte buscou colher os dados socioeconômicos e demográficos da amostra. A segunda abordou as questões que visavam avaliar o conhecimento em educação financeira dos entrevistados. A última parte do questionário objetivou levantar dados sobre o endividamento desses indivíduos.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o software *Microsoft Excel*, de modo a realizar a análise descritiva dos dados. Foram criadas elaboradas tabelas contingentes, resultantes da distribuição das respostas entre os intervalos analisados. Essas tabelas forneceram o cruzamento das variáveis estudadas, o que ajudou na análise dos dados.

Vale ressaltar que houve uma limitação para análise estatística dos dados, uma vez que se trata de dados qualitativos ou categóricos, o que impossibilita até mesmo uma análise de correlação entre as variáveis (Roque, 2015).

2.2.1 Avaliação do Nível de Educação Financeira

Com base no trabalho de Claudino *et. al.* (2009), a avaliação do nível de educação financeira foi feita a partir das respostas obtidas na parte relativa às finanças pessoais do questionário. Foi estabelecido um percentual de 0 a 100% para as respostas dessas questões. Foram avaliados os conhecimentos básicos a respeito de encargos

financeiros em relação ao prazo da dívida, liquidez nas aplicações, incidência de juros em aplicações, elaboração de um planejamento financeiro, fluxo de caixa, além de atitudes em relação a assumir encargos financeiros para aquisição de bens.

A correção das questões foi feita com base no estudo de Lucci *et. al.* (2006) e Claudino *et. al.* (2009), de onde foram retiradas as questões. Do total de 18 perguntas do questionário, 8 buscam verificar os aspectos gerais do nível de educação financeira e 6 dentre essas questões buscam avaliar os aspectos acima mencionados. A questão de número 9 teve o objetivo de identificar o quanto os indivíduos se sentem seguros em relação à tomada de decisões financeiras, ou seja, sua autopercepção sobre seu nível de educação financeira e as questões 10 a 16 buscaram verificar o perfil socioeconômico do entrevistado. O gabarito estabelecido foi usado para efeito de comparação com a pontuação de acertos obtida pelo servidor. O seu conhecimento sobre educação financeira foi classificado da seguinte forma: 0 a 60% = conhecimento insuficiente; 61 a 75% = conhecimento moderado; 76 a 100% = conhecimento satisfatório.

2.2.2 Avaliação do Grau de Endividamento

Essa avaliação foi feita através das respostas obtidas na última parte do questionário, que tratou das questões relacionadas ao endividamento, mais especificamente se o indivíduo possui alguma dívida, a relação entre a dívida e sua renda, em percentual, e se os gastos mensais excedem ou não a sua renda mensal. A Tabela 1 descreve a análise das respostas combinadas, a fim de posicionar cada um dos respondentes em determinado grau de endividamento que são: sem dívidas, pouco endividado, com risco de sobre-endividamento e sobre-endividado. Pode-se verificar que se o percentual da renda empregado em dívidas é zero e seus gastos não excedem a renda, o indivíduo encontra-se totalmente sem dívidas. Se esse percentual é zero, mas há gastos mensais que superam a renda, o indivíduo já se enquadra na categoria pouco endividado e permanece nela à medida que o percentual aumenta (até 50%).

Tabela 1- Indicadores de endividamento

Categorias	Condições	
	Percentual da renda empregado em dívidas	Gastos Mensais Excedem a Renda
Sem dívidas	0% da minha renda	Nunca
Pouco endividado	0% da minha renda	Sempre e Às vezes
	Até 25% da minha renda	Sempre, às vezes ou nunca.
	Entre 26% e 50%	Nunca
Com risco de sobre-endividamento	Entre 26% e 50%	Sempre e Às vezes
	Entre 51% e 75%	Às vezes e nunca
Sobre-endividado	Entre 51% e 75%	Sempre
	Acima de 75%	Sempre, às vezes ou nunca

Fonte: Claudino, *et. al.*, adaptada.

Se esse percentual ainda está entre 26% e 50% e os gastos passam a exceder a renda, o risco de sobre-endividamento aparece, ocorrendo o mesmo no caso em que o percentual aumenta (entre 51% e 75%). Quando o percentual da renda empregado em dívidas está entre 51% e 75% e o indivíduo sempre gasta mais que sua renda mensal ou emprega mais de 75% da renda em dívidas, ele passa a não ter mais controle e encontra-se sobre-endividado.

Essa classificação por categorias foi feita consoante o trabalho de Brusky e Magalhães (2006), que considera a relação entre a renda e: os gastos mensais e o percentual da renda empregado em dívidas, como bons indicadores do nível de endividamento.

3. RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta as variáveis analisadas e o percentual de servidores que demonstram conhecimento e/ou aplicam esses conhecimentos. Percebe-se que a variável da qual os servidores têm mais conhecimento é a incidência de juros nas aplicações, ou seja, a grande maioria (92,5%) dos indivíduos pesquisados compreende o valor do dinheiro no tempo, pois assinalaram a resposta que indica que uma mesma quantia

aplicada ao sistema de juros compostos, mas em distintos períodos, gera um montante diferente.

Tabela 2- Avaliação da amostra em relação às variáveis de educação financeira

Variáveis Avaliadas	Percentual de Servidores que Demonstraram Conhecimento
Liquidez nas aplicações	65,93%
Incidência de juros em aplicações	92,5%
Encargos financeiros em relação ao prazo da dívida.	65,31%
Atitude em relação a assumir encargos financeiros para aquisição de bens.	70,31%
Fluxo de caixa para as finanças pessoais	79,1%
Elaboração de Planejamento Financeiro	51,2%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Além disso, identifica-se que grande parte dos servidores (65,31%) têm consciência de que o uso de financiamentos para antecipação de consumo gera ônus ao tomador. Em relação à atitude de assumir esses encargos financeiros, a maioria dos respondentes (70,31%) também demonstraram que preferem não assumir esse ônus e se planejar para comprar à vista.

Nota-se, também, que 79,1% da amostra entende o funcionamento de um fluxo de caixa, que auxilia no controle das finanças pessoais, ou seja, eles conseguem administrar as entradas e saídas de recursos. A maioria deles também compreende os aspectos de liquidez nas aplicações, uma vez que 65,9% respondeu que considera que bens móveis e imóveis, comparada às outras formas de aplicações, apresentam menor grau de liquidez, em condições normais.

A variável que apresenta menor percentual de pesquisados dentro do desejável é a atitude elaborar um planejamento financeiro, pois somente em torno da metade deles (51,2%) afirma elaborá-lo sempre, enquanto o restante (48,8%) ou não fazem nenhum tipo de planejamento ou o realiza somente às vezes. Isso indica uma necessidade de maior incentivo para que o público-alvo da pesquisa perceba a necessidade de se

organizar financeiramente, a fim de uma alocação eficiente de recursos e um planejamento de objetivos financeiros.

A Tabela 3 mostra o nível de educação financeira, que foi calculado de acordo com as respostas às questões já mencionadas. A distribuição dos servidores foi feita em três níveis de conhecimento, conforme explicado anteriormente.

Tabela 3- Distribuição de servidores por nível de educação financeira

Nível de Educação Financeira	Número de Servidores	Percentual
0% a 60%= Insuficiente	79	24,7%
61% a 75%= Moderado	97	30,3%
76% a 100%= Satisfatório	144	45%
Total	320	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

É possível compreender que a maior parte dos servidores (45%) está no nível de educação financeira considerado satisfatório, o que ratifica os percentuais de acertos às questões mencionadas acima. Apesar disso, verifica-se que 30,3% dos entrevistados encontram-se no nível moderado e que uma parte considerável deles (24,7%) apresenta conhecimento insuficiente de educação financeira.

Tabela 4- Distribuição dos servidores de acordo com o nível de endividamento

Nível de Endividamento	Número de Servidores	Percentual
Sem dívidas	59	18,4%
Pouco endividado	157	49,1%
Com risco de sobre-endividamento	77	24,1
Sobre-endividado	27	8,4%
Total	320	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Observa-se, pela Tabela 4, que a maior frequência de servidores (49,1%) está no nível “pouco endividado” e que 18,4% deles afirmam não possuir dívidas. Dessa forma

é possível concluir que a maioria da amostra (67,2%) se encontra num baixo grau de endividamento ou mesmo sem dívidas, demonstrando não comprometer mais de 50% da renda com o pagamento de dívidas. Apesar de 67,2% dos servidores estarem nas duas primeiras faixas de endividamento e em uma situação mais tranquila, uma parte significativa da amostra (24,1%) encontra-se com risco de sobre-endividamento e 8.4% está sobre-endividado. Consoante as conclusões dos estudos citados anteriormente, é preciso que estes indivíduos estejam mais precavidos e procurem controlar suas dívidas, pois essa situação pode levar a problemas financeiros, como é o caso da insolvência e até mesmo ao comprometimento do bem-estar.

Tabela 5- Distribuição dos respondentes por nível de endividamento e de educação financeira

Nível de Educação Financeira	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
0% a 60%= Insuficiente	1,3	12,2	7,2	4	24,7
61% a 75%= Moderado	6,2	12,2	8,8	3,1	30,3
76% a 100%= Satisfatório	10,9	24,7	8,1	1,3	45
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A relação da educação financeira e do endividamento foi observada através do cruzamento das duas análises dessas variáveis, via tabela contingente no *Microsoft Excel*. A Tabela 5 mostra a análise cruzada dessas variáveis e aponta que no nível de educação financeira satisfatório encontra-se a maior parte dos indivíduos que não possuem dívidas e dos que estão pouco endividados. Por outro lado, no nível insuficiente de educação financeira encontra-se a maior parte dos indivíduos sobre-endividados. Já no nível de conhecimento moderado, a maior frequência é de indivíduos pouco endividados ou com risco de sobre-endividamento. Esses resultados indicam que

Revista Eletrônica Gestão e Serviços v.11, n. 2, pp. 3189 - 3213, Julho/Dezembro 2020.

ISSN Online: 2177-7284 e-mail: regs@metodista.br

o maior conhecimento em finanças pessoais está mais fortemente ligado a menores índices de endividamento para essa amostra, o que pode nos levar a observar uma relação negativa entre essas duas variáveis, porém sem determinar o grau de influência, pois outros fatores podem também estar por trás do endividamento, consoante vimos anteriormente.

Tabela 6- Distribuição dos servidores por endividamento e gênero

Gênero	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
Feminino	7,8	27,8	16,9	6,2	58,7
Masculino	10,6	21,3	7,2	2,2	41,3
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A partir da Tabela 6, verifica-se que do total de indivíduos sem dívidas, a maior parte são do sexo masculino (10,6%). Já na categoria de sobre-endividados ou com risco de sobre-endividamento a maior frequência é de mulheres (6,2% e 16,9%, respectivamente). Esses resultados indicam que há uma maior concentração de endividamento entre indivíduos do sexo feminino quando comparadas aos homens, apesar da maior parte delas (27,8%) encontrarem-se encontrarem pouco endividadas.

Tabela 7- Distribuição dos servidores por endividamento e idade

Idade	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
Até 20 anos	0,3				0,3
De 21 a 30	5,6	10,3	4,1	0,3	20,3

anos					
De 31 a 40 anos	5,9	22,8	9,1	1,9	39,7
De 41 a 55 anos	5,6	12,5	7,8	5	30,9
Acima de 55 anos	1	3,5	3,1	1,2	8,8
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a Tabela 7, é possível observar que o maior percentual de servidores (5%) sobre-endividados encontram-se na faixa etária de 41 a 55 anos. Para os servidores com risco de sobre-endividamento a frequência é maior na faixa etária de 31 a 40 anos (9,1%) e 41 a 55 anos (7,8%). Esses resultados apontam que entre os indivíduos endividados há uma maior concentração para os que possuem de 31 a 55 anos, porém não é possível estabelecer uma relação significante entre o endividamento e a idade, uma vez que nos extremos dos intervalos (de 21 a 30 anos e acima de 55 anos) há uma menor frequência de servidores com risco de sobre-endividamento ou sobre-endividados.

Para a análise da relação entre endividamento e renda, os indivíduos sobre-endividados ou com risco de sobre-endividamento apresentaram uma concentração de servidores com renda de R\$ 2.500,01 até R\$ 6.000,00 com resultados de 5,9% e 14,7%. No entanto, estes também estão distribuídos entre os que se apresentam sem dívidas ou pouco endividados com porcentagens de 8,8% e 22,6%. Dessa forma não é possível estabelecer uma relação entre essas variáveis, pois o maior percentual apresentado de respondentes foi de 51,9% com faixa de renda de R\$ 2.500,01 até R\$ 6.000,00 sendo encontrado maior frequência para o grau “pouco endividado”.

A distribuição dos servidores por endividamento e escolaridade apresentou que entre os respondentes a grande maioria, com 78,8% da amostra, possuem nível de pós-graduação e que a maior concentração deles, com 41% da amostra, está no nível “pouco endividado”, comparando aos outros níveis de endividamento. Também se observou que uma parte considerável desses indivíduo, com 18,8% da amostra, está com risco de sobre-endividamento.

Para os respondentes que apresentaram ter somente o nível de escolaridade médio, há uma distribuição proporcional entre os graus de endividamento. A maior parte dos que possuem ensino superior incompleto e dos graduados apresentaram risco de sobre-endividamento e pouco endividados respectivamente. Dessa forma não é possível definir uma relação entre o grau de endividamento e a escolaridade para os servidores da UFC.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta pesquisa constatou-se que o acesso facilitado ao crédito na economia brasileira, apresentado nos últimos anos, aliado ao desejo frequente de consumo para afirmação social, pode ensejar o endividamento. A falta de controle de dívidas pode desencadear problemas de comprometimento da renda e perda de poder aquisitivo, levando os indivíduos a passar por dificuldades financeiras e afetando seu bem-estar, devido aos custos das operações de crédito. (BRUSKY; MAGALHÃES, 2006).

A *survey* indica que a maior parte dos servidores pesquisados se encontra pouco endividada, mas que parte considerável deles apresenta risco de sobre-endividamento. Para o fator educação financeira, os resultados permitem observar que há uma predominância do nível satisfatório entre os servidores e que existe uma relação negativa entre o grau de endividamento e o nível de educação financeira entre os servidores. Assim, os piores níveis de dívidas estão relacionados a conhecimentos mais de baixos sobre finanças pessoais.

Das variáveis socioeconômicas e demográficas mantem-se o impasse concomitante aos trabalhos relatados na revisão da literatura observando: maior concentração de mulheres nos níveis de sobre-endividamento ou risco de sobre-endividamento; maior frequência de homens está distribuída nos níveis mais baixos de endividamento e na categoria “sem dívidas”; indivíduos com piores níveis de dívidas estão mais concentrados entre 31 a 55 anos, porém não é possível estabelecer uma relação (positiva ou negativa) entre o endividamento e a idade, pois nos extremos dos intervalos (de 21 a 30 anos e acima de 55 anos) há uma maior frequência de servidores sem dívidas ou pouco endividados; a relação entre endividamento e renda também não se estabelece para essa amostra, uma vez que a maior parte dos respondentes estão na faixa de renda de R\$ 2.500,01 até R\$ 6.000,00, mas estão distribuídos de forma equilibrada entre os graus de endividamento, com maior frequência para o grau “pouco

endividado”; há dubiedade na escolaridade pois os indivíduos com piores graus de endividamento estão concentrados em servidores que possuem pós-graduação e esta mesma faixa de escolaridade há trabalhadores não possuem dívidas ou que estão pouco endividados, provavelmente por viés na amostra, uma vez que a grande maioria da amostra é composta por servidores pertencentes a esse nível de escolaridade.

Conclui-se que, apesar de serem válidas para a análise, as variáveis em questão pouco ajudam a explicar o endividamento, com exceção da educação financeira, que se apresentou relacionada negativamente ao endividamento. Isso nos leva a supor que outros fatores, como os ligados ao comportamento e aos aspectos culturais, podem influenciar esse fenômeno. Conforme Flores e Vieira (2016), o endividamento pessoal pode ser entendido em uma perspectiva comportamental, com base no conceito de atitude como preditor ao endividamento.

Para trabalhos sequenciais sugere-se investigar os aspectos comportamentais e culturais que podem estar ligados ao endividamento e a análise das possíveis causas do endividamento, ou seja, os fatores que são capazes de gerar uma pressão financeira e desencadear as dívidas, como por exemplo queda de rendimento familiar, despesas inesperadas e os produtos financeiros mais utilizados pelos servidores. Por fim, pode-se explorar uma análise inferencial com modelos estatísticos da relação entre as variáveis estudadas.

Referências

- ALMEIDA, Notlin de Araújo. **Endividamento e sobre-endividamento do servidor público do Poder Executivo do Estado do Ceará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARTIFON, Simone. PIVA, Maristela. 2013. **Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo**. Portal dos Psicólogos, v.1, 2013. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0771.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- BARREIRA, Natacha Medeiros. **Os determinantes do endividamento por meio de empréstimo consignado de educadores e servidores do Poder Judiciário do Executivo Estadual Cearense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BODIE, Zvi; MERTON, Robert Carhart. **Finanças**. 1ª ed. Porto Alegre/RS: Bookman Ed, 2002.
- BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de cidadania financeira, 2018**. Brasília, DF, 2018. 147 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de economia bancária, 2017**. Brasília, DF, 2017. 135 p. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REB_2017.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de economia bancária, 2018**. Brasília, DF, 2018. 135 p. Disponível em

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2018.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Mercado de Crédito no Brasil, 2018**. Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/publicacoes/estudos-economicos/panmacro_mercado-de-credito-maio.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 8.690 de 11 de março de 2016**. Dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8690.htm. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. **Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steel-workers in São Paulo**. International Labour Office, Geneva, 2006.

Disponível em: http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. (1998). **An analysis of personal financial literacy among college students**. *Financial Services Review*, 7 (2), 107-128. Disponível em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.392.4650&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; DA SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em:

<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Flores, S. A. M., & Vieira, K. M. **Determinantes comportamentais da propensão ao endividamento: análise da influência do gênero**. Trabalho Apresentado nos Anais do Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais da FGV. São Paulo, 2016.

FRANKENBERG, Louis. **Guia prático para cuidar do seu orçamento: viva melhor sem dívidas**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEAL, T. D. B.; DE MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: SEMEAD, 11, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/42.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LUCCI, Cintia Retz *et al.* A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, [s. l.], v. 9, 2006.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobre endividamento**. 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2003.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OCDE/Infe. (Rede Internacional para educação financeira da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **International Survey of Adult Financial Literacy Competencies**. 2016. Disponível em <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PANCHIO, M. C. **The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of São Paulo**. 2006. Tese (Doutorado) —Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2519>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PEREIRA, D. J. S.; OLIVEIRA, F. L.; NASCIMENTO, S. A. **Endividamento do Servidor Público: Um estudo de caso entre professores da rede municipal de Manaus**. 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/bfddbce36404f0e9ad1.pdf>. Acesso em: 12/01/2019.

PONTES, Matheus Dantas Madeira. **Os impactos dos conhecimentos e comportamentos econômicos no nível de endividamento pessoal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

Rodrigues, Jeferson Portela. **Finanças Comportamentais: um estudo sobre o efeito reflexo nos alunos da graduação da FEAAC/UFC**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Finanças) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito educação financeira no processo tomada de decisões em investimentos: um estudo à luz das finanças comportamentais. In: II Congresso ANPCONT- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2008, Salvador.

ROQUE, Antônio Carlos. **Correlação quando uma Variável é Nominal**. Notas de Aula Probabilidade e Estatística II aula 17. (2015). Disponível em: <http://sisne.org/Disciplinas/Grad/ProbEstat2/aula17.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes; FAJAN, Fernanda Deolinda. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. In: XII SEGet Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015 Resende. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SPC Brasil. **O conceito do endividamento e as consequências da inadimplência**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf. Acesso em 24 out. 2019.

DA SILVA, J. G.; NETO, O. S. S.; ARAÚJO, R, C, DA CUNHA. Educação Financeira de Servidores Públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. João Pessoa: **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em: 09 fev. 2019.

TAKEDA, T.; BADER, F. L. C. Consignação em folha de pagamento - fatores da impulsão do crédito. In: Relatório de Economia bancária e de crédito, Banco Central do Brasil, 2005, Brasília, DF. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf. Acesso em: 05 mar. 2019.

TRINDADE, L. L. **Determinantes da Propensão ao Endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental Rio-Grandense**. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4550>. Acesso em: 03 jan. 2019.